

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE HISTÓRIA DISCIPLINA: TCC
PROFESSOR: MICHELE GONÇALVES CARDOSO
ACADÊMICA: ALINE OLIVEIRA GONÇALVES RABELLO

DISPUTAS EM TORNO DA MANUTENÇÃO E/OU RETIRADA DO PETIT PAVÉ EM CRICIÚMA (2010-2020)

Resumo:

O petit pavé é um piso formado por pedras portuguesas e utilizado a partir de 1977 na pavimentação de todas as calçadas nos principais logradouros públicos da cidade de Criciúma/SC, incluindo a Praça Nereu Ramos, bem como, no atualmente no denominado, Parque Altair Guidi. Formando desenhos em comemoração ao centenário da cidade, as obras públicas da virada dos anos 1970 para a década de 1980 foram a apoteose da construção da cidade de características modernas, importante marco histórico. Em 2011, uma batalha judicial se fez necessária a fim de preservá-lo, sendo movida uma ação civil pública junto ao Ministério Público de Santa Catarina pela permanência e manutenção do mesmo na Praça Nereu Ramos..No entanto, apesar de toda a discussão promovida, o trabalho para remodelar a praça e ruas adjacentes, culminou na mudança e substituição da calçada, até então existente, pelo paver em diversos pontos da área central. Em 2020, com as obras de Revitalização do Parque Centenário mais uma vez viu-se a desintegração e remoção desse importante elemento constituinte da identidade criciumense, financiado novamente pelo poder público local e sua atual gestão, o qual deveria ser o principal agente de sua preservação. Nosso objetivo, é, portanto, investigar e analisar as diferentes posições, disputas e interesses representados nas mídias locais acerca do petit pavé, desenvolvendo uma ação crítica acerca da mesma, sendo analisadas, para tanto, jornais, charge, blogs, parecer técnico, fotografias, relatórios, entre outros, publicados entre o período de 2010 a 2020. Como objetivo geral buscou-se a dar visibilidade, evidenciar e compreender os diferentes discursos, tanto para a permanência quanto para a não manutenção e retirada do Petit pavé na cidade, evidenciando sua substituição para o paver como elemento de modernidade. As análises dos dados foram realizadas por meio de análise de conceitos chave, fundamentais para a compreensão do assunto, como: memória, identidade, patrimônio e modernidade.

Palavras chave: Petit pavé; Praça Nereu Ramos; Parque Centenário; disputa; memória; identidade e patrimônio.

Calçamento Petit Pavé: trajetos de memória

A reunião dos elementos culturais-históricos de uma determinada cidade também é seu espaço emocional e de memória, que produzem significados próprios para cada indivíduo. O reconhecimento de símbolos instiga o sentimento de integração e de pertencimento ao lugar e a proteção dos marcos históricos pela sociedade. (SCARDUELLI e GONÇALVES, 2020, p. 3).

Ao citar os autores acima, trago a minha memória particular de tempos passados vividos em companhia de meu falecido avô, cricumense e mineiro, que veio se instalar na cidade juntamente com sua família no auge do desenvolvimento da indústria carbonífera na região, entre 1950 e 1960. A ele me reporto agora pois me lembro das vezes em que íamos a passeio pelas ruas do centro da cidade, e eu muito pequena, ao olhar para o chão, contemplava aqueles desenhos característicos da cidade inscritos com as pedrinhas portuguesas que hoje identifico como petit pavé. Essa é uma das imagens que aparecem neste trabalho e que tenho fixa em minha mente, como se fosse ontem, de quando caminhava de mãos dadas com meu avô há aproximados 20 anos.

Ele morava na região central da cidade e usava aquele espaço de sociabilidade que é a Praça Nereu Ramos. Sempre que ia à praça fazia questão de colocar seu terno juntamente com seu chapéu sem o qual não saía de casa, à moda daquela época ou costume de alguns homens, ou pelo menos o costume que ele fizera questão de preservar.

Nesta época a Praça já tinha se transformado no principal espaço urbano do município e local das trocas sociais entre os moradores, simbolizando sua importância social, econômica e cultural para a cidade. Era neste local onde ocorreu os mais importantes fatos históricos do município, contribuindo para formação da sociedade cricumense. (SCARDUELLI e GONÇALVES, 2020, p. 6).

Dele me recorde e a ele dedico este trabalho, pois sempre ao encontrar seus netos após três longos beijos no rosto, insistia dizendo ao meu irmão que se tornasse um jogador de futebol, pois ele vivenciou o período de maior prestígio do clube Cricumense Metropól, e a mim ele dizia: estude para um dia ser uma professora, pois era uma profissão muito respeitada e desejada. E quem diria que hoje estaria trilhando este caminho da licenciatura, tal qual trilhava aquelas calçadas com ele. O que restam são boas lembranças e memórias daquele tempo e espaço, hoje muito ameaçado, mas que sempre permanecerá bem presente em minha memória, como portador de vínculo e significado, tal qual sua antiga casa que fora demolida e hoje não tenho mais o privilégio de visitar. Sobre a memória coletiva de grupos, (HALBWACHS, 2006) nos mostra que “é nela que guardamos lembranças de lugares familiares, é através dela, que quando caminhamos por uma rua antiga temos a sensação de aconchego. A preservação das memórias é de importância fundamental para a formação das identidades particulares quanto coletivas.” A memória é caracterizada como um elemento social, sendo desenvolvida por meio das pessoas, lugares e dos acontecimentos.

Entendemos assim que a memória é construída de acordo com as experiências e vivências sociais de uma pessoa, e é por meio dela que se relacionam e promovem os sentimentos de identidade e pertencimento. E que o conjunto do patrimônio material

de uma cidade é a materialização de sua história. É através dele que a população compreende sua identidade e produz o sentimento de pertencimento ao lugar. (SCARDUELLI e GONÇALVES, 2020, p. 6).

E é sobre isto que discorro aqui, esta relação íntima com a cidade em que se habita, este sentimento de pertencimento, de enraizamento que se estabelece. Proteger e preservar “locais de memória” de uma cidade contribui, portanto, para a permanência desses sentimentos. Isto é o que nos propõe o parecer sobre a retirada do Petit Pavé do centro da Praça Nereu Ramos em Criciúma pelo poder municipal, emitido pelo curso de História UNESC, PPGE Programa de Pós Graduação e Ensino, Mestrado UNESC e IAB Instituto de Arquitetos do Brasil. O documento nos leva a compreensão de que: “o centro da cidade de Criciúma só o é porque congregou uma série de significados em torno de si, tornando-se um marco de referência para a população, dando sentido à leitura que inúmeras pessoas faziam e fazem de suas vidas e da cidade.” (PARECER UNESC)

Mas, no entanto, esta apreensão urbana é perdida devido à crescente homogeneização das cidades que descaracterizam as áreas históricas centrais devido à falta de preservação dos elementos urbanos, não considerando a percepção do cidadão em relação a estas construções, como destacado no Parecer.

Quando se desrespeita estas questões, temos como consequência, um processo de massificação que destrói a cultura popular e compromete o equilíbrio emocional da população, devido à perda de referenciais urbanos em espaços de tempo curto demais para uma assimilação saudável das mudanças ocorridas qualquer destruição acarreta sérios problemas, **pois o patrimônio nada é mais senão aquele espaço que percebemos cotidianamente, repleto de construções representativas de outros momentos e/ou contextos sociais, históricos, culturais e até mesmo políticos.** (Parecer UNESC)

A professora Michele Gonçalves Cardoso do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, ao se posicionar em relação ao assunto publicou um texto em sua página pública com o seguinte título “Transformações Urbanas”:

São poucos aqueles que ainda percebem que alguns lugares de sociabilidades e de memória estão sendo destruídos, alguns lentamente outros violentamente. É o que está acontecendo com a Praça Nereu Ramos. O projeto de revitalização da praça está descaracterizando um importante local de memória de Criciúma. A retirada do Petit Pavé foi um momento de reflexão (para aqueles que ainda não foram engolidos pelo turbilhão da modernidade), pois nos questionamos: estamos participando das decisões de nosso município? Que relação temos com nossa história? E a nossa identidade? Ao olhar as máquinas “escavando” diferentes lugares da praça e simplesmente descartando parte de nossa cultura material fica a pergunta: a quem pertence essa Criciúma? (CARDOSO, 2012)

Por fim o parecer já citado, defende a possibilidade de se transformar a Praça sem comprometer as características históricas, dentre elas, o calçamento de petit pavé, oferecendo um convívio entre o passado e o presente.

Porém a cidade tem sacrificado suas edificações representativas em nome de um desenvolvimento urbano e de ações políticas, e a perda destas edificações que percebemos cotidianamente enquanto cidadãos, e usuários deste espaço, faz com que nos sintamos desorientados dentro de nossa própria cidade. (PARECER UNESCO)

De acordo com Adami (2015, p. 106) “quando a paisagem não apresenta significado, não há um vínculo por parte das pessoas que convivem com ela, conseqüentemente está se torna apenas o local em que se desenvolve as atividades cotidianas”. Para “a contemporaneidade e a pós-modernidade levou a uma uniformização de suas referências culturais, gerando cidades homogêneas, sem elementos que representem sua identidade e história, acarretando em espaços sem sentido aos seus grupos sociais.

Para Magalhães (2002, p. 29) a cidade é mais do que somente bens materiais, ela é história, é a representação de sua cultura, onde a população se apropria e significa.”. Portanto, é visível a necessidade da valorização do conjunto da paisagem urbana e seus patrimônios culturais existentes no espaço urbano central, restaurando e protegendo os elementos significativos e de identidade para a permanência de sua história e cultura.

Desenrolar dos fatos: disputas em torno da retirada do Petit pavé da Praça Nereu Ramos



Colocação Petit Pavé na Praça (década 1960), Fonte: Arquivo histórico municipal.

Exemplo característico do centro de Criciúma é o petit-pavê. O petit pavé é um piso formado por pedras portuguesas, material utilizado para a pavimentação, instalado por meio da compressão das pedras, sem utilização de cimento. Foi utilizado a partir de 1977 na pavimentação de todas as calçadas do espaço central, incluindo a Praça Nereu Ramos, formando desenhos em comemoração ao centenário da cidade. Na administração do prefeito Ruy Hilse, “o objetivo era embelezar a cidade e causar boa impressão para os visitantes, e para tanto a Praça “recebia pedrinhas portuguesas em sua decoração”. A pavimentação foi feita com cascalhos de mármore oriundos do Paraná, bem como o plantio de gramíneas e flores em seus canteiros.” (COAN, 2003 apud PARECER). Estas obras públicas da virada dos anos 1970 para a década de 1980 “foram a apoteose da construção da cidade de características modernas. Espaços e edifícios públicos materializavam certos valores republicanos, implícitos nos discursos oficiais.” (DE LUCCA, 2015, p.140).

Como nos aponta o parecer emitido pela UNESCO, em breve histórico da Praça Nereu Ramos, no final da década de 1970 foram realizadas várias intervenções naquele espaço público, onde se iniciou o fechamento da Praça para o trânsito de automóveis e veículos, “sendo unicamente usado por pedestres, isso permitiu que as pessoas pudessem circular mais livremente pelo centro da cidade, permitindo as trocas sociais tão características da Praça em décadas passadas.” (PARECER).

Importante intervenção no centro urbano foi a requalificação do espaço público composto pela Praça Nereu Ramos e vias perimetrais que compunham o conjunto urbanístico de valor histórico mais importante da cidade. A proposta da prefeitura foi a construção de um calçadão de uso exclusivo para pedestres, fechado para o trânsito de automóveis (DE LUCCA, 2015, p.132).

Esse projeto foi elaborado pelo arquiteto Manoel Coelho, e previu uma série de elementos que se integravam à intervenção na Avenida Centenário. O calçamento de pedras portuguesas foi um deles, executado pela própria administração municipal nas praças e jardins públicos, e nas principais ruas do centro urbano e na extensão da Avenida Centenário. “A proposta do calçadão colocou Criciúma em comparação a outras cidades como Curitiba e São Paulo, que representavam o auge do progresso e da modernidade na época” (NASCIMENTO, 2012 apud FELTRIN, 2019, p.124)

Aos poucos, os mosaicos em pedra portuguesa passaram a compor os principais logradouros públicos e ruas da cidade. Padronizavam as calçadas na área central, no perímetro entre a Praça do Congresso e as ruas Cel. Pedro Benedet, Henrique Lage, Marechal Deodoro e a Avenida Centenário, esta última que passou a receber intervenções paisagísticas que a humanizaram ao longo de seus oito quilômetros. **Através desse conjunto de obras a famosa logomarca formada por quatro trapézios foi espalhada pelo espaço urbano, vinculando-se à identidade da cidade**

moderna que se construía. Segundo o próprio Coelho (2013), a ideia era criar um símbolo para Criciúma e não para um governo distinto. "Havia, tão somente, a sugestão do Sol surgindo todas as manhãs, o movimento cósmico básico para que Criciúma e toda a vida no Planeta pudessem continuar existindo" grifo meu (COELHO, 2013, p. 66 apud DE LUCCA, 2015, p.133).



Calçadas padronizadas com a logomarca da cidade. Fonte: Arquivo Histórico de Criciúma/Manoel Coelho Arquitetura

Segundo Feltrin, “essa logomarca foi aplicada em local de destaque em todas as obras do mandato de Altair Guidi, a fim de reforçar a identidade visual da cidade e apresentar a Criciúma Centenária com outra imagem, tentando retirar ao máximo os sinais da Criciúma Carbonífera.” (FELTRIN, 2019, p. 125)

Passando a estar presente em toda a paisagem urbana criciumense, o petit pavé com suas inscrições características e o símbolo da Cidade, tornou-se ao longo do tempo um importante marco urbano, sendo percebido e identificado pelos diferentes sujeitos, como a memória que diferentes indivíduos passaram a possuir da cidade. Esta memória presente no calçamento e no tecido urbano, para grupos significativos que vivem ou visitam a cidade, transformou esses espaços em lugar único com forte apelo afetivo. Passando a ser concebido como um bem coletivo, pois foi assim apropriado e significado pela sociedade, apesar de, no entanto, ser pela gestão pública da cidade, negligenciado.

Atualmente desgastadas ou destruídas pela falta de cuidados, invadidas por automóveis que fazem do passeio público a extensão de concessionárias e de estacionamentos privados, tornaram-se símbolo dos descasos promovidos pela administração municipal e da individualização indevida e criminosa do que deveria ser concebido como bem coletivo. (DE LUCCA, 2015, p.202).

O trabalho para remodelar a praça e ruas adjacentes, após as obras de dragagem do rio Criciúma, provocou uma mudança da calçada até então existente, trocando o petit pavé por paver, um piso como material semelhante as conhecidas lajotas, o que representava uma ameaça

ao Patrimônio Histórico do município. Uma batalha judicial se fez necessária a fim de preservar a memória local, o ambiente urbano e cultural que estava sendo destruído, mas que a coletividade queria ver preservado.

Diante do reconhecido clamor histórico cultural do calçamento, e fundamentados na lei de proteção jurídica do patrimônio cultural, foi impetrada uma ação para a permanência do petit pavé, pelo Curso de Graduação em História e pelo Mestrado em Educação da UNESCO em outubro 2011. Moveu-se uma ação civil Pública junto ao Ministério Público de Santa Catarina, pelos professores do curso de História da UNESCO, Paulo Sérgio Osório, Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola e Giani Rabelo; pela Jornalista Marli Vitali e pela arquiteta e urbanista Izes Regina de Oliveira. No documento o promotor Luiz Fernando Ulysséia pedia a paralisação das obras de revitalização da Praça Nereu Ramos, que estava em andamento, financiadas pela Administração Pública da cidade, bem como, a recolocação do petit pavé onde foi colocado o paver.

Em 2 de novembro de 2011, também conforme as fontes analisadas a IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) com Núcleo em Criciúma, atuante na região desde outubro de 1992, emitiu uma nota oficial à imprensa destacando sua posição favorável ao petit pavé.

A instituição entende a Praça Nereu Ramos como principal patrimônio histórico, efetivamente inventariado em 2002/04, pelo Departamento de Patrimônio Histórico local e que o petit pavé faz parte intrínseca dela. Principalmente por marcar a identidade da Praça e da cidade. Entendem algumas pessoas que 30 anos são poucos para uma vida de 130. Informa-se, entretanto, que o Monumento ao Mineiro, foi retirado quando o mesmo tinha aproximadamente 30 anos e depois o Chafariz quando tinha aproximadamente a mesma idade. Assim Criciúma vai perdendo, de tempos em tempos, sua identidade. (IAB, 2011)

Em Laudo Técnico enviado pelo IAB destacava-se as qualidades e os motivos pelos quais o petit pavé é piso especial para uso na cidade de Criciúma.

Além da identidade e do valor histórico, tem referências técnicas não encontradas em outro pavimento: pedra nobre calcária, dura, antiderrapante durante anos a fio e após tráfego intenso; flexível, boa composição plástica, inclusive para os desenhos indicativos da acessibilidade e união de piso tátil direcional para cegos. Colocado com técnica, corretamente, sem cimento, o torna um piso permeável; com juntas mínimas entre as pedras, garante um piso de superfície totalmente uniforme. (IAB, 2011)

Carlos Frederico Marés de Souza Filho em seu livro *Bens Culturais e proteção jurídica*, no capítulo *Crimes contra o patrimônio cultural*, traz a lei n 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, onde na seção IV do capítulo II da Lei, artigos 62 e 65, estabelecem-se os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. O autor ainda conclui e espera como ele mesmo coloca “apoiado por preces que o poder público e o ministério público cumpram o seu dever

aplicando rigorosamente a lei, inclusive nos administradores públicos que permitam destruir, inutilizar e deteriorar bens que a coletividade quer ver protegidos e preservados.” (SOUZA, 1999, p. 80). “A lei reconhece que os bens culturais fazem parte do que se chama direito ambiental, e, portanto, reconhece que meio ambiente não é apenas a proteção da natureza, mas também o ambiente urbano e, com ele o ambiente cultural.” (SOUZA, 1999, p.79).

A preservação da memória urbana é uma tendência nova nas cidades brasileiras, percebendo uma tentativa de valorização pelo passado. Isto ocasiona a busca pela preservação de lugares de memória. Como afirma Calos Lemos em seu livro Patrimônio histórico:

a preocupação é recente e nossas cidades se transformaram à vontade e ao sabor da indiferença de todos, de todos justamente empenhados em alterá-las visando à “melhor qualidade de vida” a partir de novas expectativas advindas de novos programas de necessidades decorrentes do progresso. (LEMOS, 2013, p.51)

No entanto, o novo modo de urbanização, o avanço econômico e a especulação imobiliária muitas vezes negligenciam a presença dos patrimônios históricos, podendo até considerá-los como obstáculos ao progresso.

o desapego ao patrimônio histórico, as negligências de todos os tipos, os investimentos públicos insuficientes e a estética do absoluto consumo têm conduzido a abandonos sistemáticos dos espaços públicos e a intervenções que relegam imóveis históricos ao esquecimento. Mas não são somente abandonos e tampouco intervenções espontâneas que têm marcado a urbanização contemporânea. Tal como acontece com o espaço privado submetido à lógica imobiliária, os espaços públicos centrais também têm sido renovados, com destaque para a Praça Nereu Ramos e ruas adjacentes. Aproveitando as obras de construção de um canal auxiliar ao Rio Criciúma, o calçamento em pedras portuguesas com o logotipo da cidade e outros desenhos geométricos, antes desgastados pela falta de manutenção e remendos mal feitos, foi substituído por blocos de concreto Inter travado; (DE LUCCA, 2015, p. 208).

O desenvolvimento da cidade leva, portanto, a esta problemática e ao debate público em torno da conservação do Patrimônio Ambiental Urbano.

O projeto de revitalização e sua repercussão

a quem interessa essa preservação? É a pergunta naturalmente formulada pelo leitor. Poucos, muito poucos, tem uma visão global do problema constituído pela defesa da memória e de bens representativos. A esses naturalmente, aflige tanto o descaso impune que assiste a destruição desnecessária de elementos do Patrimônio. (LEMOS, 2013, p. 30).

Neste trabalho buscamos usar a imprensa como fonte e objeto de pesquisa e como fonte histórica, desenvolvendo uma ação crítica acerca da mesma. É sabido que os jornais não são isentos e não possuem imparcialidade total. Rafael de Almeida Serras Dias (2022), nos ensina o seguinte: as publicações são atores sociais importantes em qualquer época, pois além de

retratar fatos, também os comenta. Nosso objetivo é, portanto, investigar e analisar as diferentes posições e interesses representados nas mídias locais acerca do petit pavé.

Para tal trabalho foram feitos vários levantamentos, dentre eles nos jornais de circulação local, blogs pessoais, charge, fotografias, legislação, parecer jurídico e artigos voltados a temática do patrimônio cultural local, dissertações de mestrado, bem como, outras fontes bibliográficas. As análises dos dados foram realizadas por meio de conceitos chave, sendo fundamentais para compreensão do assunto os conceitos de memória, identidade, patrimônio e modernidade. Nosso objetivo aqui é portanto, demonstrar como estes discursos foram produzidos na mídia local.



Charge Marcio Sonego publicada Jornal a tribuna em Novembro de 2011

A Charge de Márcio Sônego, publicada no Jornal a Tribuna de Criciúma em novembro de 2011, ilustra as disputas ocorridas na cidade decorrentes da retirada do piso de seu calçadão, o petit pavé e faz alusão a violência e como são tratados pensamentos divergentes. A

substituição pelo paver foi considerado “adequado” por alguns, o qual já vinha sendo instalado pelo poder público, e gerou uma grande polêmica, levantando questões importantes e pertinentes ao patrimônio cultural de nossa cidade. A Charge tem como pano de fundo a “paisagem lunar da Nereu Ramos” fazendo referência aos inúmeros buracos abertos no calçamento, deixados sem a devida manutenção, decorrentes das obras de canalização do rio feitas naquele espaço. Apesar de cômica a ilustração, demonstra a falta de abertura para o diálogo (ao mostrar os manifestantes contra a retirada sendo recepcionados violentamente com pedradas) e a incompreensão a respeito da importância de tal elemento, o petit pavé na história do município.

A renovação atual, demonstra certo interesse político em atualizar o lugar de encontro mais movimentado da cidade, mas ignora o amadurecimento do debate acerca dos bens históricos e dos desenhos e detalhes que personificam valores de identidade local. (DE LUCCA, 2015, p. 209)

A notícia publicada em outubro de 2011, no portal ENGEPLUS, traz registros de uma entrevista coletiva realizada no município a respeito da temática. O então prefeito Clésio Salvaro, defendia que a paralisação das obras, “caso ocorresse seria um prejuízo muito grande para o comércio, já que estamos entrando em época de Natal”. Assim, mais de 20 comerciantes se fizeram presentes na entrevista coletiva, também defendendo a continuidade das obras.

E foi justamente este o objetivo da imprensa local, que considerou o petit pavé como um obstáculo ao progresso. Esse discurso fica explícito no título da manchete do jornal produzida a partir da reunião convocada a respeito da temática. Ao analisarmos as imagens, vemos sobre a mesa inúmeros exemplares do Jornal com a manchete se referindo ao petit pavé, com o seguinte título: UM TROPEÇO, COM CERTEZA.



Imagens disponíveis em: <https://www.engelplus.com.br/noticia/geral/2011/petit-pavet-da-nereu-ramos-em-xeque>

Em virtude do comércio local, o debate acabou se estabelecendo de modo equivocado e maniqueísta, Carlos Magno um defensor da permanência do calçamento, ao acompanhar o desfecho, afirmou em publicação na sua página publica que:

Para a comunidade Criciumentense o petit pavé foi pintado como representante do atraso. Feio, sujo, atrapalha os portadores de deficiência, bradam alguns! Poucos lembram que é ele que adorna uma das calçadas mais famosas do mundo, a de Copacabana (sem falar de Ipanema). O novo pavimento é o progresso! (MAGNO, 2011)

Posicionamentos contrários a permanência do Petit pavé alegavam o seguinte:

Calçadas de Petit pavé em Criciúma/SC: exercício de paciência para as mulheres e enriquecimento para sapateiros! Se é para existir, que seja bem feita, bem assentada... há uma grande vantagem: quando chove temos piscinas inesperadas... (SAPORCA, 2010)

Gilberto Custódio em seu blog pessoal defendeu o seguinte:

Sobre o assunto e a possibilidade de não continuidade das obras, entendo um retrocesso e ao mesmo tempo uma involução! Além do que o piso antigo é alvo de várias reclamações de pedestres e transeuntes. Muita chuva e as pedras se soltam; mulheres com alguns tipos de calçados não conseguem andar com segurança; quem anda de chinelo diz que machuca os dedos! Ah...só à título de informação, alguns dos integrantes do G-6 (que são contra as obras) fizeram parte de uma administração pública que envolveu outro partido político...entenderam??? Lamentável!!! (CUSTÓDIO, 2011)

Segundo suas próprias palavras a indignação seria por parar as obras por um motivo absolutamente “bestial”. Em resposta a publicação podemos ler o comentário seguinte:

Poderá ser o que for desde que seja em amarelo, preto e branco. Da-lhe, Da-lhe TIGRE!!! essa gente não tem mais o que fazer e o pior é o povo que alimenta tal fato. Até onde sei a marca da cidade não vem de LAJOTA e sim da CERÂMICA e entendo que a praça deveria ter o subsídio de uma empresa local. Quem sabe um piso de PORCELANATO antiderrapante. (CUSTÓDIO, 2011)

Em notícia com o título patrimônios históricos de Criciúma publicada em outubro de 2011 o presidente da Fundação Cultural de Criciúma, Sérgio Zappellini colocava que:

De acordo com o presidente da fundação, **Sergio Zappellini**, o petit pavé não pode ser considerado um patrimônio histórico. [...] “Fico realmente triste com esta ação que pede a paralisação das obras porque trabalhamos bastante para deixar viva a memória do município, para que não caia no esquecimento tudo o que é de Criciúma”, confessa ele. [...] Para Sergio Zappellini, tudo está sendo realizado de forma coerente. “É necessário que haja esse equilíbrio. O petit pavé será lembrado na Praça Nereu Ramos no miolo central, mas tem que haver progresso no município”, conta ele. “Eu acho o petit-pavé um material fantástico, mas temos de analisar a funcionalidade dele. A sociedade precisa de mobilidade e foi ela que definiu pelo paver”, completa o presidente da FCC. (MARTINS, 2011)

Os Jornais locais publicados no mesmo período de 2011 reiteravam esta ideia, através de algumas entrevistas selecionadas destacavam que a espera pela revitalização defendida pela CDL do calçamento da Praça tornava-se uma armadilha aos usuários. Com o título “Petit-pavê põe pedestres em risco na Nereu” já de anos anteriores construíam esse discurso:

À espera da revitalização defendida pela CDL, o calçamento da Praça Nereu Ramos tornou-se uma armadilha aos usuários. As maiores vítimas dos buracos formados em

meio ao *petit-pavê* são idosos, mães com crianças de colo e mulheres de salto. Além das torções, pessoas que trabalham na Nereu Ramos afirmam serem constantes as quedas em função dos desníveis. “Várias pessoas torcem o pé e caem, [...] diz já ter presenciado inúmeros acidentes. “A manutenção é feita numa semana e na outra lá estão os buracos abertos novamente. Isso é uma vergonha”, reclama. (NIERO, 2009)

O grande problema da presença desta pavimentação no espaço urbano central no entanto, é a sua colocação inadequada e a falta de manutenção o que de forma proposital, levou ao clamor da população pela substituição.

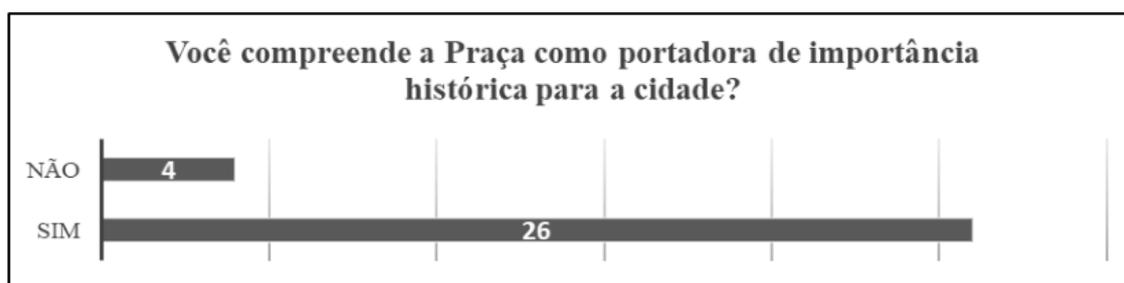
A negação ao patrimônio cultural e aos espaços públicos centrais proporcionaram o esquecimento da população quanto as edificações históricas existentes na cidade. O calçamento em *petit pavé* pôde ser considerado uma das marcas identitárias da cidade de Criciúma, mas atualmente encontra-se em uma situação precária, devido à falta de manutenção e cuidados tanto pelos moradores quanto pela administração municipal. (SCARDUELLI e GONÇALVES, 2020, p. 7)

Aqui podemos destacar a questão da manutenção que tem sido negligenciada, devido ao poder público nunca ter profissionalizado sua colocação, como coloca a arquiteta Izes Regina que participou da ação pública movida contra a prefeitura pedindo a paralização das obras em andamento, “existe grande área do revestimento colocada com cimento, o que estaria em desacordo com a boa técnica, sua má colocação é atribuída a qualquer mão de obra sem qualificação e conhecimento do material existente” (OLIVEIRA, 2011) para a mesma, “este patrimônio necessita apenas ser ensinado e conhecidas suas qualidades e necessidades para que receba, em Criciúma, o valor que lhe é conferido.” Como aponta Lemos (2013) esses materiais poderiam ser preservados para fins didáticos, dispondo assim de amplo mostruário de técnicas, que elucidariam a arte de construir ao longo do tempo. No entanto, o que se percebe é a perda, além do patrimônio material, que pode ser considerado o calçamento de *petit pavé*, também das técnicas e artesanias referentes a ele, seu saber fazer, que constitui um patrimônio imaterial, devido à falta de interesse de formação e capacitação desses profissionais especializados.

Apesar de tudo o que analisamos através das principais mídias locais, podemos perceber por meio de outros discursos e análise de outras fontes, que este não é o posicionamento de grande parte dos cricumenses, que se importam sim, com a preservação do patrimônio local. Em seu trabalho acadêmico SCARDUELLI e GONÇALVES (2020), levantaram o seguinte questionamento aos cricumenses: o que você pensa sobre patrimônio histórico? E perceberam nos relatos que muitos reconheciam a importância do patrimônio histórico para a preservação da cultura e história de uma população.

Nota-se que a grande maioria dos entrevistados afirmaram que compreendem a Praça Nereu Ramos como local de importância histórica para a cidade de Criciúma. Questionados se saberiam contar a história da origem da Praça e do porquê de ela ser

considerada importante para a cidade, vários entrevistados sabiam contar a história de forma sucinta. (SCARDUELLI e GONÇALVES, 2020, p. 9).



Fonte: SCARDUELLI e GONÇALVES, 2020, p. 9

Como demonstra a ilustração acima elaborada pelas autoras, a cada 30 pessoas entrevistadas, 26 responderam que sim. Podemos ver portanto o reconhecimento da importância histórica da Praça para a cidade de Criciúma por parte de seus cidadãos. Entrevistas coletadas de transeuntes da Praça Nereu defendiam:

Acho importante a preservação histórica de elementos da cidade. É interessante ver a evolução dos anos e saber que esses elementos fazem parte do crescimento de onde vivemos”, diz um entrevistado. “Acho que é de grande importância para manter viva uma história da cidade, para ser recordado momentos importantes do passado, onde tudo começou, onde tudo passou a tomar forma e virar o que é nos dias de hoje. É a raiz de uma cultura”, diz outro. (SCARDUELLI e GONÇALVES, 2020, p 8)

Assim sendo, o desfecho do episódio envolvendo o calçamento na Praça Nereu, após pressão do IAB, do curso de História UNESCO, e demais membros da sociedade criciumense, foi de que a pavimentação em pedra portuguesa seria mantida apenas no miolo das praças Nereu Ramos e da Bandeira “delimitando seus contornos originais, mas sem a singularidade dos desenhos, sem o cuidado necessário aos monumentos e sem reduzir a espacialização do momento econômico sobre o espaço simbólico mais importante da cidade, que tem sido renovado à moda construtiva de cada ciclo”. (DE LUCCA, 2015, p 209)

Os opositores da retirada das pedrinhas questionam o paradeiro das antigas removidas da Praça Nereu. “Onde foram parar? Aquilo é uma pedra muito mais cara que esse paver de cimento que colocaram, tiraram jóias da cidade e colocaram bijuterias”, reclama Izes. Conforme o arquiteto da prefeitura, o material está estocado no pátio de máquinas. “Estão lá para manutenções, quando falta em algum lugar que já existe”, responde Colossi. (LUCIANO, 2017)

Para Carlos Magno de todo o episódio reforçasse a imagem de nossa cidade como uma cidade que não adere a uma cultura de preservação do seu patrimônio histórico. “Igreja Assembléia de Deus, Casa do Ferroviário reconstruída por força de ação civil pública, Catedral totalmente alterada. São muitos os exemplos do amor que o criciumense tem pelo progresso. Progresso que avança sem deixar traços do passado”. (MAGNO, 2011)

Assim sendo, o município de Criciúma está inserido em uma região de grande riqueza cultural, mas não possui políticas eficientes que assegurem a preservação de sua cultura, tanto do conjunto de seu patrimônio material e imaterial. E é assim que de degradação em degradação, chega ao dia de sua demolição para dar lugar ao “novo”. A cidade se altera e guarda-se pouco dos tempos antigos, a não ser repetidas vezes por força da lei. Não há portanto interesse em manter conservados os investimentos públicos do passado, o que supõe-se fundamental em uma sociedade que tem apreço ao que é seu por direito. Isso, coloca o autor Carlos Lemos (2013.) é muito natural na cidade em processo de metropolização fadada a desmemória. É lamentável a perda de seus referenciais históricos. “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. [...] a supermodernidade é produtora de não-lugares” (AUGÉ, 2005, p.77 APUD SCARDUELLI e GONÇALVES, 2020, p. 12).

O Petit Pavé no Parque Centenário, a história se repete!

Assim, quando a cidade é conduzida primordialmente por interesses econômicos, a solidariedade que faz reconhecer os bens públicos ou os bens históricos como direito do outro se torna frágil ou até mesmo inexistente. [...] A indiferença aos espaços públicos e aos conjuntos paisagísticos é consequência de uma sociedade que, ainda alheia à plena cidadania, abre mão da cidade social – o que inclui a memória intrínseca a essas paisagens – como direito. (DE LUCCA E PIMENTA, 2018, p. 88)

Apesar de toda a repercussão na mídia local e mobilização do episódio anterior, novamente vemos se repetir em igual escala ou, porque não dizer, maior, o atentado ao patrimônio público de Criciúma, com a retirada do petit pavé do Paço Municipal em grande escala. “O Paço Municipal é um espaço em que ficam situadas a Prefeitura Municipal, o Teatro, a Biblioteca e o Ginásio municipais. Este espaço foi construído no período das comemorações do centenário da cidade” (CARDOSO, 2008, p. 172) Sem tanta notoriedade nas mídias locais, mas, que certamente, não ocorreu de forma passiva, sem resistência por parte dos cidadãos cricumenses que se utilizam do local.

Em matéria publicada na Engeplus em junho de 2017 após o desfecho da discussão em torno da Praça Nereu Ramos, o arquiteto Giuliano Colossi, do departamento de planejamento do município, que acompanhou a disputa há alguns anos, apontou a tendência de que o pavimento, segundo ele não mais acessível, suma do cenário urbano. Nesta matéria intitulada: “O que sobrou do petit pavé em Criciúma”, discorria sobre as áreas que ainda permaneciam com o calçamento de pedras portuguesas.

Ocorre que o petit-pave ainda resiste em alguns pontos da cidade. O mais visível é no Parque Centenário, no entorno do Paço Municipal, e que ganhará reformas. “Ali vamos arrancar tudo e colocar de novo. Os eixos principais do parque terão petit-pave”, confirma Colossi. Atualmente, as pedrinhas estão escondidas entre o mato e muitas irregulares. Parte delas forma um mosaico na esplanada onde se encontra a bandeira nacional. Ainda há petit-pave nas praças construídas nos anos 80, como as da Santa Bárbara, da Chaminé na Próspera, Santa Luzia e em algumas calçadas da Avenida Centenário. (LUCIANO, 2017)



Mosaico de petit pavé formando o símbolo da bandeira nacional sem a devida manutenção. (fonte: LUCIANO 2020)



Em seu artigo **Remanescentes paisagísticos da cidade moderna: apoteose e decadência do Parque Centenário, em Criciúma/SC**, de Gustavo Rogério de Lucca e Margareth de Castro Afeche Pimenta publicado em 2018 os autores discutem a inserção e importância da preservação do Parque Centenário em Criciúma, que incorporou as formas modernas como parte de um processo de transformações socioeconômicas. Este complexo

modernista das décadas de 1970 e 1980, mas já condenado por descaracterizações diversas, é reconhecidamente verdadeiro documento da história da urbanização moderna no país, que concretizou as ambições administrativas e os imaginários mais importantes de sua época. Ao discutirem a história do parque os autores evidenciam seu processo de desmanche e o pouco conhecimento de sua importância enquanto referência arquitetônica de qualidade do movimento moderno, para além das capitais e das maiores cidades do país.

O Parque Centenário é a representação de uma intenção de cidade, sob a aplicação do Plano Diretor de 1973, o primeiro da história de Criciúma, completado nas gestões de Altair Guidi (1977 - 1983 / 1989 - 1992), que tratou da construção do novo espaço. Integra um conjunto de experiências urbanísticas modernas para Criciúma, simultâneas ao momento de diversificação da economia local. “Não se tratando apenas da construção de um objeto isolado ou de um detalhe em um momento de grandes intervenções públicas, mas do desfecho de um processo de renovação da paisagem;” (DE LUCCA E PIMENTA, 2018, p. 90) Para o arquiteto Manoel Coelho, autor da proposta escolhida, a intenção para o projeto era a implantação de um complexo arquitetônico de características majoritariamente cívicas.

O Parque Centenário foi a principal obra comemorativa ao centenário de fundação de Criciúma. As formas arquitetônicas ortogonais reportavam-se a símbolos municipais ou a fragmentos da história local, mas também permeavam a construção abstrata de um ponto de partida para um horizonte de progresso, para um futuro promissor, tão importante para uma cidade de fortes valores desenvolvimentistas. (DE LUCCA e PIMENTA, 2018, p.93).

A partir da metade dos anos 1980, uma forte recessão econômica no Brasil, limitou os investimentos públicos, rompendo com o processo de intervenções modernistas iniciado na década de 1960, do qual o Parque Centenário era representativo.

Na condição de espaço público, o Parque Centenário adentrou a década de 1990 em seu apogeu, mas já em iminente decadência enquanto a mais recente obra de um ciclo político-econômico esgotado. A cada gestão, acumulavam-se negligências técnicas, intervenções controversas, descaracterizações e descuidos com a manutenção, que se pressupunha periódica. (DE LUCCA e PIMENTA, 2018, p.94).

Não se restringindo apenas ao parque, mas também às demais obras de vanguarda construídas no mesmo período, que compartilhavam de semelhante linguagem estética e de situações equivalentes de deterioração. Ao discorrer sobre sua decadência os autores destacam que:

Ao sujeitar os espaços públicos a pressões fragmentadoras e ao residual dos orçamentos, as heranças que espacializaram as intenções por uma cidade moderna na segunda metade do século passado têm sido, aos poucos, desconstruídas. As obras públicas que transformaram as estruturas da paisagem e representavam a chegada do “novo” hoje padecem da falta de zelo e de recentes movimentos substitutivos. No

apogeu de sua época, o Parque Centenário foi concebido como idealização de uma imagem urbana, o cartão-postal de Criciúma e das administrações do período e, logo, uma das mais completas referências do modernismo como conjunto arquitetônico e paisagístico em Santa Catarina. Tal relevância, entretanto, não o isentou de perdas e descaracterizações irreversíveis. [...] Nas áreas externas, as pichações e sujeira acumuladas nas fachadas de concreto aparente misturam-se à destruição do calçamento de pedra portuguesa (DE LUCCA e PIMENTA, 2018, p.95).

Sua leitura histórica e contextualização política, torna mais clara a percepção e importância de seu conjunto arquitetônico. Ainda que a relevância patrimonial do Parque Centenário seja reconhecida, há absoluta insuficiência de políticas públicas de preservação em Criciúma. Os autores ainda colocam: “para o Parque Centenário, desde 2011 estão homologados os tombamentos das fachadas do Paço Municipal e do Centro Cultural, porém tomados em si, isolados do entorno, como se não fossem elementos de um único conjunto”. (DE LUCCA E PIMENTA, 2018)

Nesse item temos uma importante questão que é a da preservação do entorno. Em trabalho **A cidade, o patrimônio e seu entorno** Mariana Kimie da Silva Nito, 2020 mostra que atualmente “ampliou-se significativamente as potencialidades e significações do entorno como instrumento de preservação urbana, ganhando jurisprudência e importância nas políticas empreendidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan)” (NITO, 2020, p.2), criticando a preservação isolada. “E que as restrições no entorno do bem tombado são fundamentais para sua visibilidade e compreensão no espaço urbano, e sua existência é um dos efeitos do ato administrativo do tombamento.” (NITO, 2020, p.7) Considerando assim o monumento inseparável da história e do meio em que se situa. E é aí que entra a questão do *petit pavé*, parte da historicidade desses. “O valor do entorno é adjetivo, um espaço qualificador do bem tombado, trata-se de um invólucro espacial que compõe seu valor.” (MENESES, 2006 apud NITO, 2020)

Notícia publicada no ano de 2017 com o título: “O abandonado Parque Centenário”, evidenciavam o abandono do parque e o relacionava com o incêndio de 2015:

Alguns poucos enquanto a reportagem estava ali, encararam o mato, as calçadas irregulares para caminhar, correr e tomar um ar [...] No meio do mato tem *petit pavé*” era um dos subtítulos da publicação. “Onde há *petit pavé*, o verde dos matos rompe os mosaicos e, em alguns pontos, é bastante alto, escondendo as pedrinhas. Os tufo formam pequenos matagais em alguns pontos destacava a publicação. [...] As calçadas do entorno do Parque Centenário seguem a mesma linha de abandono, em particular a que costeia a Rua Palestina, onde é bastante difícil transitar. (LUCIANO, 2017)

A incapacidade financeira e as negligências sistemáticas da administração pública de Criciúma têm condenado a cidade a uma pobreza urbanística sem precedentes em sua história. Destaca-se, pelo caráter simbólico de produto da cidade que se vislumbrou modernizada e renovada, a atual condição das calçadas de pedra portuguesa,

desenhadas com motivos geométricos que remetiam à identidade visual desenvolvida para a cidade nos anos 1970. (DE LUCCA,)

Em 2019 foram executadas obras de Revitalização pela prefeitura de Criciúma, onde o parque foi fechado para visitação pública. O local foi reaberto e disponibilizado para uso dos moradores em janeiro de 2020, durante as comemorações alusivas aos 140 anos do município. O investimento para revitalizar a área de lazer foi de 5,4 milhões, com recursos destinados pelo governo Federal, via ministério do esporte e pelo governo de Criciúma. A Revitalização da área de 170 mil m estava prevista em 4 etapas, incluindo a revitalização das calçadas. Em dezembro de 2019 em matéria publicada pela redação Engeplus com o título “Obras de Revitalização do parque Centenário seguem em ritmo acelerado em Criciúma” mostravam que a obra estava a todo vapor. (JESUS, 2019)

No entanto, o que se pode observar foi a intensa retirada novamente do peti pavê de todo entorno do parque, bem como em sua área interna. Como retratado nas imagens a seguir publicadas em mídia local. O que se seguiu foi uma profunda indignação por parte dos moradores locais que identificavam no calçamento de pedras portuguesas importante elemento constituinte do patrimônio histórico da cidade. Como podemos observar nas matérias seguintes, no entanto, sem tanta notoriedade nas mídias locais, como foi a polêmica referente a retirada na Praça Nereu Ramos, mas porém, de relevância equivalente ou maior pelo o que já discorrido acima.

Peti pavé era assim na Visconde de Cairú/foto: Denis Luciano/ Arquivo (LUCIANO 2020)





Petit pavé removido da calçada Visconde de Cairú /Substituição pelo paver (LUCIANO, 2020)

Em última matéria publicada pela imprensa local em maio de 2020 por Denis Luciano com o título “Um pouco menos de petit pavé em Criciúma”, se referia ao Parque Centenário:

Agora, outra região vê o petit-pavê dar adeus ao cenário urbano: o entorno do Parque Centenário Altair Guidi. “Esse petit-pave não é patrimônio do município? Indagou Richardson Bett, residente no Bairro Santa Barbara, nos arredores do parque. Eu estou vendo eles colocando tudo com paver, nada de petit pavé. Tiraram as pedras e estão colocando lajotas, referiu citando a calçada localizada entre o Paço Municipal e a rua Visconde de Cairú. Essa troca faz parte das obras de revitalização do parque centenário. Destaca o Jornalista (LUCIANO, 2020)

Segundo a historiadora Michele Gonçalves Cardoso, “ao analisarmos este processo de mudança identitária, podemos ter num primeiro momento a impressão que essas transformações

ocorrem de maneira simples, sem resistências ou questionamentos. No entanto, estas transformações são complexas e muito bem articuladas.” (CARDOSO, 2008, p 174)

“Os vizinhos estão se questionando. O petit-pave inteiro sendo arrancado da volta do Paço Municipal, tem lugares que as pedras estão perfeitas, mas em outros tinha buracos por causa das obras. E o petit pavé é um símbolo, uma característica da nossa cidade”. Lamentou Richardson. (LUCIANO, 2020)

Ao traçar suas críticas às condições atuais de decadência do Parque Centenário, De Lucca coloca o seguinte: “Quando os espaços representativos de outras épocas não são ignorados pelas novas circunstâncias econômicas ou políticas, são rapidamente descaracterizados e até mesmo eliminados como lugares de memória.”

as relações de poder são fundamentais no debate identitário. Isso ocorre porque são através destas relações de poder que os significados são impostos estabelecendo assim as identidades. Ao percebermos as lutas de representações e afirmações identitárias no contexto da urbe, percebemos o quanto o debate identitário se faz presente em nossa vivência, se colocando como fundamental para compreendermos nossa sociedade. (CARDOSO, 2008, p. 175)

Isto fica evidente ao percebermos que todo um contexto político de gestões anteriores e seus marcos urbanos representativos, vem sendo aos poucos descaracterizado e invisibilizado, para a construção de uma nova identidade visual mais “moderna e atual” que se pressupõe melhor, para a cidade de Criciúma, estando vinculada a uma nova gestão pública. Evidente, portanto, em todo o contexto de retirada do petit pavé, uma clara disputa por representatividade no contexto urbano, uma vez que o principal símbolo que o calçamento carrega é também aos poucos apagado. E por fim concluímos que a história da cidade pode ser contada e recontada a partir das construções, demolições e reconstruções“ que atuam como delimitadores do espaço urbano, mas que também são coadjuvantes nas trajetórias individuais e coletivas dos habitantes. E que [...] “a cidade, como história de vida, é sempre a possibilidade desses trajetos que são nossos percursos, destino, trajetória de alma”. (BOSI, 2003, p. 75 apud FELTRIM, 2019, p. 158).

Conclusão

Passando a estar presente em grande parte a paisagem urbana cricumense, o petit pavé com suas inscrições características e o símbolo da cidade, tornou-se através do processo ao longo do tempo um importante marco urbano, sendo percebido e identificado como a memória que diferentes indivíduos e sujeitos passaram a possuir da cidade. Buscou-se demonstrar a relação íntima que se constrói com a cidade em que se habita, o sentimento de pertencimento,

de enraizamento que se estabelece. Destacando a importância de proteger e preservar “locais de memória” da cidade, que contribui, portanto, para a permanência desses sentimentos. Esta apreensão urbana vem sendo perdida devido à crescente homogeneização das cidades que tem provocado a descaracterização das áreas históricas centrais devido à falta de preservação dos elementos urbanos, não considerando a percepção do cidadão em relação a estas construções. O que nos leva a questionar se estamos participando das decisões de nosso município e que relação temos com nossa história e a nossa identidade.

Nesta pesquisa foram analisadas as disputas em torno da retirada do Petit pavé em Criciúma evidenciando sua substituição para o Paver como elemento de modernidade, o que não ocorreu de forma passiva, sem resistência por parte dos cidadãos que se utilizam do local. Através das mídias locais buscou-se a percepção de como se produziu discursos tanto para a permanência quanto para a não manutenção e retirada do Petit pavé em especial na Praça Nereu Ramos e no Parque Centenário traçando uma breve leitura histórica e contextualização política tornando mais clara a percepção da importância de seu conjunto arquitetônico.

Atualmente desgastadas ou destruídas pela falta de cuidados o calçamento de pedras portuguesas tornou-se símbolo dos descasos promovidos pela administração municipal e da individualização indevida e criminosa do que deveria ser concebido como bem coletivo. Para a comunidade criciumense o petit pavé foi pintado como representante do atraso, feio, sujo, atrapalha os pedestres, no entanto podemos perceber que a sua colocação inadequada e a falta de manutenção de forma proposital levou ao clamor da população pela substituição, o abandono deliberado criou um ambiente favorável a sua substituição.

O desenvolvimento da cidade nos leva, portanto, a esta problemática da conservação do Patrimônio Urbano. Concluimos assim que num processo de mudança identitária quando os espaços representativos de outras épocas são ignorados pelas novas circunstâncias econômicas ou políticas, são rapidamente descaracterizados e até mesmo eliminados como lugares de memória, e que de degradação em degradação, chega ao dia de sua demolição para dar lugar ao “novo”. Numa cidade em processo de metropolização fadada a desmemória. Neste mesmo momento, por exemplo, em que redigimos a conclusão deste trabalho temos a notícia de que mais uma Praça de Criciúma que terá o calçamento de petit pavê substituído pelo paver, que é a Praça do Congresso. Enfim, são muitos os exemplos do desejo que o criciumense tem pelo progresso que tem avançado sem deixar traços do passado. Defendemos, portanto, a possibilidade de se transformar as praças de nossa cidade sem comprometer suas características históricas, oferecendo um convívio entre o passado e o presente.

Referências Bibliográficas:

ADAMI, Rose Maria. **Rio Criciúma: o rio que a cidade escondeu: significados e representações na paisagem.** Criciúma, SC: UNESC, 2015.

CARDOSO, Michele Gonçalves. **Allah na cidade das etnias: a inserção do grupo étnico árabe na identidade urbana de Criciúma/SC.** OPSIS, Catalão, v. 8, n. 10, p. 161-177, jan-jun. 2008.

DE LUCCA, Gustavo Rogério. **Dilemas da urbanização brasileira: um estudo sobre as transformações espaciais na centralidade urbana de Criciúma/SC;** orientadora, Margareth de Castro Afeche Pimenta- Florianópolis, SC, 2015.261p.

DE LUCCA, Gustavo Rogério. PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **REMANESCENTES PAISAGISTICOS DA CIDADE MODERNA.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos, São Paulo, v.20, N.1, p.85-103, JAN-ABR.2018.

FELTRIN, Rodrigo Fabre. **Tempos e espaços: o patrimônio cultural como lugar de educação (Criciúma/SC 1996-2017).** Orientação: Marli de Oliveira Costa. – 2019. 203 p.: il. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, SC, 2019.

GONÇALVES, Janice. **Da educação do público à participação cidadã: Sobre ações educativas e Patrimônio Cultural.** MOUSEION, Canoas, N.19, p. 83-97, dez.,2014.

GONÇALVES, Janice. **Patrimônio em Litígio: conflitos e tensões nos tombamentos estaduais catarinenses.** Anais do XIV Encontro Estadual de História – Tempo, memórias e expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

LEMONS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 2013.

NITO, Mariana Kimie da Silva. **A CIDADE, O PATRIMONIO E SEU ENTORNO:DIALOGOS E DESAFIOS NAS POLITICAS URBANAS.** VI Encontro de Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2020.

Orientadores: Dorval do Nascimento, Marli de Oliveira Costa. Relatório Final. **Circulando pela Cidade: Reconhecendo os Lugares de Memória do Centro de Criciúma.** Programa de Iniciação Científica- PIC Artigo 170. Departamento de História UNESC. Fundação Cultural de Criciúma. 2003.

SCARDUELLI, Grasielle de Costa; GONÇALVES, Teresinha Maria. **A Praça Nereu Ramos: o patrimônio cultural como fomento da memória e identidade urbana. 5% Arquitetura + Arte,** São Paulo, ano 15, v.01, n.19, e124, p.1-23, jun/2020.

Fontes:

OLIVEIRA, Izes Regina de. **LAUDO TÉCNICO. (Para realizar o estudo sobre a questão técnica e histórico cultural do patrimônio representada pelo Petit- pavê assentado no centro urbano de Criciúma. S.C.)** Criciúma, 02 de outubro de 2011

Professores Dra. (o) Marli de Oliveira Costa; Giani Rabelo; Carlos Renato Carola; Paulo Sérgio Osório. **Parecer sobre retirada do Petit Pavê do centro e da Praça Nereu Ramos em**

Criciúma pelo poder Municipal. Curso de História UNESC. GRUPEHME. Centro de Memória da UNESC.

SOUZA Filho, Carlos Frederico Marés de. **Bens Culturais e Proteção Jurídica. Os Crimes contra o patrimônio cultural.** 2, ed. Porto Alegre, EU/Porto Alegre. 1999. P. 7-80.

Mídias Sociais:

CARDOSO, Michele Transformações Urbanas. **Patrimônio e Memória de Criciúma.** Criciúma. 27 de março de 2012. Disponível em: <http://memoriadecriciuma.blogspot.com/2012/03/transformacoes-urbanas.html?m=1>

COSTA, Marli de Oliveira. Imagens da Praça Nereu Ramos. **Patrimônio e Memória de Criciúma.** Criciúma. 17 de novembro de 2011. Disponível em: <http://memoriadecriciuma.blogspot.com/?m=1>

CUSTÓDIO, Gilberto. E o Petit Pavé? **Blog do Gilberto Custódio.** Criciúma, 28 de outubro de 2011. Disponível em: <http://gilbertocustodio.blogspot.com/2011/10/e-o-petit-pave.html?m=1>

MAGNO, Carlos. Não ficará pedra sobre pedra. **Blog do Carlos Magno.** Criciúma, 04 de novembro de 2011. Disponível em: <http://blogdoprofcarlosmagno.blogspot.com/2011/11/nao-ficara-pedra-sobre-pedra.html?m=1>

SAPORCA. Calçadas de “petit pavé” em Criciúma/ SC. **Dicas de um sapo e de uma porca.** Criciúma. 13 de outubro de 2010. Disponível em: <http://dicasdeumsapoedeumaporca.blogspot.com/2010/10/calçadas-de-petit-pave-em-criciuma.html?m=1>

Periódicos:

JESUS, Anderson. Parque Centenário fecha para conclusão das obras de revitalização em Criciúma. **SUL NOTÍCIAS.** Criciúma, SC, 10/12/2019. Disponível em: <https://sulnoticias.com/geral/parque-centenario-fecha-para-conclusao-das-obras-de-revitalizacao-em-criciuma/10-12-2019/>

LUCIANO, Denis. O abandonado Parque Centenário. **ENGEPLUS.** Criciúma, SC, 26/02/2017.

LUCIANO, Denis. O que sobrou do petit pavé em Criciúma. **ENGEPLUS.** Criciúma, SC, 07/06/2017. Geral. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2017/o-que-sobrou-do-petit-pave-em-criciuma>

LUCIANO, Denis. Um pouco menos de petit- pavê em Criciúma. **4 oito.** Criciúma, SC, 26/05/2020. Cotidiano. Disponível em: <https://www.4oito.com.br/noticia/um-pouco-menos-de-petit-pave-em-criciuma-29619>

MANIQUE, Nei. De volta ao petit-pavê. **ENGEPLUS.** Criciúma, SC, 06/08/2009. Geral. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2009/de-volta-ao-petit-pave>

MARTINS, Nicola. Os patrimônios históricos de Criciúma. **ENGEPLUS.** Criciúma, SC, 28/10/2011. Geral. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2011/os-patrimonios-historicos-de-criciuma>

MARTINS, Nicola. Petit pavé da Nereu Ramos em xeque. **ENGEPLUS**. Criciúma, SC, 27/10/2011. Geral. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2011/petit-pavet-da-nereu-ramos-em-xeque>

MARTINS, Nicola. IAB emite nota oficial favorável ao petit pavé. **ENGEPLUS**. Criciúma, SC, 03/11/2011. Geral. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2011/iab-emite-nota-oficial-favoravel-ao-petit-pavet>

NIERO, Daniela. Petit-pavê põe pedestres em risco na Nereu. **ENGEPLUS**. Criciúma, SC, 28/05/2009. Geral. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2009/petit-pave-poe-pedestres-em-risco-na-nereu#5>

REDAÇÃO ENGEPLUS. Obras de revitalização do Parque Centenário seguem em ritmo acelerado em Criciúma. **ENGEPLUS**. Criciúma, SC, 06/12/2019.

REDAÇÃO ENGEPLUS. TJSC mantém decisão sobre retirada do Petit- pavê do Centro. **ENGEPLUS**. Criciúma, SC, 20/09/2016. Justiça. Disponível em: <https://www.engeplus.com.br/noticia/justica/2016/tjsc-mantem-decisao-sobre-retirada-do-petit-pave-do-centro>